

MEMÓRIA, DES-MEMÓRIA, A-MEMÓRIA: QUANDO O DISCURSO VOLTA-SE PARA SEU PASSADO

Marie-Anne Paveauⁱ

Resumo: Este artigo é uma síntese de ordem histórica e epistemológica do destino científico da noção de memória discursiva. Proposto por Courtine em 1981 no contexto da Análise do Discurso dita francesa iniciada por Pêcheux, o conceito de memória discursiva conheceu a partir de então reformulações e prolongamentos conceituais. Transformada em “memória interdiscursiva” no início dos anos 2000 (MOIRAND), tal noção foi em seguida retrabalhada no campo da cognição distribuída sob a forma de “linhagens discursivas” (PAVEAU). Sua articulação com o esquecimento e as negações da história conduziram igualmente as noções de “des-memória” e de “a-memória discursiva” (ROBIN, PAVEAU).

Palavras-chave: Linhagens discursivas. Memória discursiva. Pós-memória. Pré-discurso.

Abstract: This paper is an historical and epistemological synthesis about the scientific fate of the concept of discursive memory. Formed by Courtine in 1981 in the context of the so-called french discourse analysis by Pêcheux, the concept of memory has received since then some reformulations and conceptual extensions. It has become “interdiscursive memory” in the early 2000s (MOIRAND), and was then reworked in the context of distributed cognition in the form of “discursive lineage” (PAVEAU). Its articulation with oblivion and denials of history also led to the concepts of “dememory” and “discursive amemory” (ROBIN, PAVEAU).

Keywords: Discursive lineage. Discursive memory. Postmemory. Prediscourse.

ⁱ Docente da Université Paris XIII Sorbonne Paris Cité, França. E-mail: ma.paveau@orange.fr.

Introdução

A memória é uma das questões mais interessantes em Análise do Discurso, bastante trabalhada e retrabalhada na França e no Brasil desde os anos 1980 a partir da invenção de Courtine: a noção de “memória discursiva”, apresentada na tese que ele escreveu sob a orientação de Pêcheux e publicada em um número da *Langages* que se tornou clássico (COURTINE, 1981).

A relação entre discurso e memória me fascinou também quando me debrucei sobre essas obras para escrever *Os pré-discursos*, especificamente o capítulo 3 “A memória no discurso” (PAVEAU, 2013 [2006]), e que retrabalhei, recentemente, no capítulo 6 “Mémoire et vertu” de *Langage et Morale* (PAVEAU, 2013): como as palavras, os significados, os discursos são transmitidos? Como os pré-discursos, ou seja, os quadros prévios organizadores de nossos próprios discursos, nossos quadros interpretativos, que fazem com que nos compreendamos até certo ponto, são transmitidos? Como os locutores herdaram este tipo de estoque semântico, discursivo e pragmático, graças aos quais exercem a principal atividade humana: falar?

São essas as questões que eu desejo retomar e aprofundar neste artigo: após alguns detalhamentos de ordem metodológica sobre o uso em Linguística de um conceito que, originalmente, não lhe pertence, farei um breve percurso sobre a história da noção de memória discursiva; em seguida, mostrarei como a noção pode ser retrabalhada na perspectiva da cognição social sob a forma de “pré-discurso” e “linhagens discursivas” e; enfim, concluirei propondo duas noções complementares que me parecem úteis para explicar o processo complexo de transmissão dos discursos: a des-memória discursiva e a a-memória discursiva.

1 A memória no discurso, uma noção complexa

Que a memória discursiva venha a fazer parte, daqui em diante, do que se denominou “caixa de ferramentas” da Análise do Discurso, não tem, de fato, nada de evidente: *a priori*, não se trata de uma noção das Ciências da Linguagem, sendo encarada sob traços precisos e complexos.

1.1 Uma intenção da História e da Filosofia

A Análise do Discurso nasceu pluridisciplinar a partir da Linguística, da Filosofia, da História e da Psicanálise. Ideologia, acontecimento, memória, *doxa*, uma gama de conceitos que não são oriundos do *corpus* específico das Ciências da Linguagem, como podem sê-los a predicação, a dêixis ou antonímia. Isso quer dizer que as noções importadas devem ser pensadas e trabalhadas de maneira a serem integradas no dispositivo teórico ou metodológico da Análise do Discurso. Tais noções devem ser operatórias sobre os materiais discursivos, e não simplesmente *postas* sobre eles, as quais devem possuir um coeficiente explicativo forte, e não um simples valor descritivo. É, no fundo, a questão da interdisciplinaridade que se coloca no trabalho muito concreto e material da utilização das ferramentas e de procedimentos de análise de um domínio do conhecimento para outro.

1.2 Os dois conceitos de memória discursiva

Duas correntes utilizam o termo e a noção de memória discursiva, em perspectivas distintas, o que é uma fonte de mal-entendidos. Mencionei a acepção de Courtine no início dos anos 1980, que é corrente em Análise do Discurso, na tradição dita “francesa”, ou seja, oriunda do trabalho de Pêcheux e de seus colaboradores a partir de meados dos anos 1960 e voltada para a questão das “condições sócio-históricas de produção” dos discursos. Todavia, quase na mesma época, numa perspectiva que privilegia o desenvolvimento sintagmático das frases e dos textos em detrimento de seus contextos de produção, Berrendonner propõe também a noção de “memória discursiva” como aquilo que assegura, segundo ele, a coerência do discurso, isto é, sua interpretabilidade pelo receptor (a anáfora sendo uma das ferramentas privilegiadas desta coerência). A noção é proposta pela primeira vez em um artigo de 1983, depois é retomada e expandida nos trabalhos de Genevois sobre a conversação oral, definida como um conjunto de “conhecimentos válidos para os interlocutores e públicos entre eles” (BERRENDONNER, 1993, p. 48). Essa memória evolui no curso da troca conversacional e deve conservar sua validade para que a interação seja bem sucedida. Tal noção será definida de maneira mais ampla no início dos anos 2000 como um conjunto de representações partilhadas, o que faz surgir, na minha opinião, a noção de historicidade, ao mesmo tempo do texto e dos discursos sociais.

1.3 Coletividade e sociabilidade

Os linguistas e psicolinguistas, mas também psicólogos e cognitivistas, trabalham igualmente com a memória em outras perspectivas, a fim de compreender como o ser humano registra a realidade e a restitui. É uma abordagem da memória como capacidade do indivíduo e, em Linguística, isso concerne, sobretudo, à memória semântica. Antes, essa é uma perspectiva prioritariamente internalista, que não considera forçosamente as circulações memoriais externas dos discursos na sociedade. A memória discursiva, aqui em questão, é oriunda de uma memória coletiva, tal como é descrita por Halbwachs. Certamente, esta é uma noção instável, como bem salienta Candau: “Ela é, de fato, tão vaga como todas as retóricas comunitárias, tão ambígua quanto todas as concepções holísticas da cultura, das representações, dos comportamentos e das atitudes (dos quais se tem um excelente exemplo em Sociologia com a noção de opinião pública)” (CANDAU, 1996, p. 61). Entretanto, os conceitos vagos não são necessariamente ruins e existe um poder inegável do impreciso nas Ciências Humanas e Sociais. É necessário, porém, acautelar-se para não apagar o indivíduo nem tampouco colocar a comunidade abaixo da individualidade e reduzir a memória coletiva a um reservatório de traços comuns a um grupo em um determinado contexto. Essa será a tarefa dos analistas do discurso sobre esta questão: encontrar uma solução conceitual para justificar a articulação entre o individual e o coletivo.

1.4 Um conceito plural

Seria necessário, antes, falar de memórias no plural: a memória discursiva é uma função *situada*, que depende de inúmeros parâmetros, como a cultura, a idade, o gênero, a posição social, o coeficiente de alfabetização, a experiência etc. Halbwachs afirma claramente:

Nós diríamos de bom grado que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva; esse ponto de vista muda segundo o lugar que eu ocupo, o qual, por sua vez, muda segundo as relações que mantenho com os outros meios (HALBWACHS, 1997 [1950], p. 94-95).

Muito frequentemente, pensamos que existe *uma* memória legítima, em geral aquela dos detentores *da* cultura legítima. Na realidade, os grupos, as

gerações e as culturas têm memórias diferentes e todos nós temos a experiência de um estranhamento diante dessas diferenças. Esses “vieses” da memória que são nossas *situações*, na verdade, não o são, pois eles são constitutivos do que todos nós somos, com nossos conhecimentos compartilhados que nunca são inteiramente os mesmos nem tampouco são inteiramente outros. São *nossas* experiências, em uma só palavra.

1.5 Uma noção heterogênea

A memória supõe o esquecimento, evidentemente, integrando-o em seu funcionamento, que se dá, por sua vez, de maneira muito heterogênea e nunca linear. Há memórias transmitidas, memórias inventadas, memórias substituídas, o que Robin (2001) chama de *des-memória*, ponto que retornarei mais adiante, mas igualmente memórias erradicadas, que somente existem por esta erradicação prévia, memórias traumáticas, as quais recubro com o conceito de *a-memória*.

2 A invenção da memória (inter)discursiva

Os conceitos potentes, operatórios e duráveis são verdadeiras invenções intelectuais, que fazem progredir o pensamento e aperfeiçoar as práticas científicas. É o caso da memória discursiva, proposta por Courtine, em 1981, na sua tese sobre “o discurso comunista endereçado aos cristãos”. Tal noção é ainda fortemente mobilizada, em nossos dias, no contexto francês e também no brasileiro, e não cessa de motivar a produção de pesquisas proíficas e, por sua vez, de conceitos inovadores.

2.1 “O comunismo é intrinsecamente perverso” (Pio XI)

Quando se aborda a memória discursiva de Courtine, cita-se, frequentemente (e eu fui a primeira a fazê-lo), a famosa passagem da página 52 na qual ele define esse conceito a partir dos trabalhos de Foucault e de Nora, fazendo assim uma forte articulação disciplinar entre História e Análise do Discurso.

Introduzimos, assim, a noção de memória discursiva na problemática da análise do discurso político. Essa noção nos parece subjacente à análise da FD (Formação Discursiva) que realiza *A arqueologia do saber*: toda formulação possui em seu “domínio associado” outras formulações, que ela repete, refuta,

transforma, denega..., isto é, em relação às quais ela produz efeitos de memória específicos; mas toda formulação mantém – igualmente, com formulações com as quais ela coexiste (seu “campo de concomitância” diria Foucault) ou que lhe sucedem (seu “campo de antecipação) – relações narrativas cuja análise inscreve necessariamente a questão da duração e da pluralidade dos tempos históricos no âmago dos problemas que coloca a utilização do conceito de FD. [...]. A introdução da noção de “memória discursiva” em AD nos parece assim ter por desafio a articulação desta disciplina com as formas contemporâneas da pesquisa histórica, as quais insistem no valor a ser atribuído ao longo do tempo (COURTINE, 1981, p. 52).

Efetivamente, trata-se, na Análise do Discurso herdada das teorizações de Pêcheux, de pensar o “real da língua” em relação ao “real da história” e de considerar, portanto, “a existência histórica do enunciado” (COURTINE, 1981, p. 52). Porém, tem-se esquecido a partir do que se chegou a essa definição. Vejamos o exemplo de uma bandeirola subitamente desfraldada no decorrer do comício da “mão estendida”, ocorrido em 1976, em Lyon, a qual retoma a célebre frase de Pio XI:

Lyon, 10 de junho de 1976 [...]. A sala do Palácio dos esportes está lotada. [...] O secretário do Partido [Marchais], em frente à sala, saúda. Os aplausos cessam, tornam-se murmúrios.

O acontecimento discursivo da tarde pode começar. [...] Por volta de cinquenta cristãos integristas cantam de pé. Antes de serem expulsos, eles estendem uma bandeirola lembrando a condenação pronunciada por Pio XI: “o comunismo é intrinsecamente perverso”. A memória irrompe na atualidade do acontecimento (COURTINE, 1981, p. 51).

A invenção de Courtine é em si mesma uma reformulação, logo um fenômeno de memória discursiva, daquela de Pêcheux, o interdiscurso. O interdiscurso é, no meu ponto de vista, um dos conceitos mais complexos do arcabouço teórico apresentado por Pêcheux e, conseqüentemente, o que sofreu a mais significativa simplificação. Tal conceito é assim definido por Malidier, em 1993, com uma clareza obtida ao preço de uma simplificação:

[...] Mais simplesmente, podemos, apoiando-nos em Michel Pêcheux, defini-lo [o interdiscurso], dizendo que o discurso constitui-se a partir do discursivo já-lá e que “isso fala” sempre “antes, alhures e independentemente”. O conceito introduzido por Pêcheux não se confunde com a intertextualidade de Bakhtin, pois ele trabalha com o espaço ideológico-discursivo no qual se desenvolvem as formações discursivas em função das relações de dominação, subordinação, contradição. Vemos, portanto, a relação que se institui com o pré-construído como ponto de entrada do interdiscurso (MALDIDIER, 1993, p. 113).

A primeira elaboração integrava, de fato, determinações inconscientes apoiadas na análise marxista e o inconsciente freudiano, que são retomados por Courtine e Marandin:

[...] uma repetição vertical que não é aquela da série de formulações que constituem o enunciado, mas aquilo a partir do que isso repete, um não-sabido, um não-reconhecido deslocado e se deslocando no enunciado: salientamos que é o interdiscurso como determinação externa no interior da FD e da reformulação (COURTINE; MARANDIN, 1981, p. 89).

O que é interessante nessa formulação é o termo *vertical*, que será central no estabelecimento e na difusão da noção de memória discursiva, especificamente a partir de um artigo de Lecomte que apresenta uma primeira revisão sobre memória *interdiscursiva*. Vamos passar, com efeito, da noção de anterioridade utilizada por Courtine (“formulações anteriores”) para uma espacialização metafórica dos discursos, com base no vertical da memória e no horizontal da combinação frástica.

2.2 “A luz do sol é ‘branca’” (Einstein)

Em um artigo difundido por Moirand e por ela integrado ao arquivo da Análise do Discurso, Lecomte apoia-se em uma passagem de *A evolução da Física*¹, de Einstein e Infield, para aprofundar a noção de memória (inter)discursiva e, em particular, a articulação dos eixos vertical e horizontal (LECOMTE, 1981). O artigo se intitula “Como Einstein relata como Newton explicou a luz (ou: o papel da memória interdiscursiva no processo explicativo)”² e traz na epígrafe uma longa passagem na qual os dois físicos explicam a maneira como Newton resolve o enigma da cor a partir da natureza “branca” da luz do Sol. Este é um trabalho sobre as formas do texto explicativo que, segundo Lecomte, “faz referência a um heterogêneo, tendo sua garantia ao lado de um outro discurso: o da teoria, o dos grandes autores” (LECOMTE, 1981, p. 70). Aqui, Einstein e Infield baseiam-se “memorialmente”³ em Newton.

1 EINSTEIN, Albert; INFELD, Leopold. **A evolução da Física**. Trad. Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008 [1930].

2 Título original do artigo: Comment Einstein raconte comment Newton expliquait la lumière (ou: Le rôle de la mémoire interdiscursive dans le processus explicatif).

3 N.T.: embora os dicionários de Língua Portuguesa não registrem a forma “memorialmente”, optamos pela tradução do neologismo apresentado pela autora, uma vez que a forma portuguesa dicionarizada “memoravelmente” não recobre o sentido construído no original em francês.

Moirand cita, em vários de seus próprios artigos, a passagem em que Lacomte sintetiza a invenção da Análise do Discurso do início dos anos 1980 e menciona a famosa verticalidade:

Ordem horizontal, então, que a tradição examina com atenção e que põe em primeiro plano a noção de coerência textual e, correlativamente, a permanência de um sujeito do discurso, que se define na e pela suposta homogeneidade de sua produção discursiva. Ora, as pesquisas contemporâneas (Foucault, de Certeau) enfatizaram o heterogêneo, a existência às vezes contraditória do objeto discursivo (Courtine), os fenômenos de intercalamento, de discurso transverso (Pêcheux), de interdiscurso. Novo eixo, de algum modo, no projeto de contextualização dos processos discursivos: eixo vertical em que vêm interferir os discursos já realizados, os discursos antagônicos ou os discursos próximos, enfim, eixo em que se autoriza a localizar uma memória, compreendendo por isso não a faculdade psicológica de um sujeito falante, mas o que se encontra e permanece fora dos sujeitos, nas palavras que eles empregam (LECOMTE, 1981, p.71).

Vale a pena reler inteiramente esse texto e, em particular, duas outras passagens. A primeira detalha um pouco as ferramentas de análise dos dois eixos, horizontal e vertical, que estruturam os discursos:

Far-se-á necessário então distinguir as operações, ou morfismos de diversos tipos: os morfismos de tipo horizontal, pelos quais a sequência estará vinculada com ela mesma [...]; os morfismos de tipo vertical, pelos quais uma sequência é relacionada com uma outra [...] (LECOMTE, 1981, p. 72).

Por sua vez, a segunda passagem formula um fenômeno capital insuficientemente retomado, em minha opinião, pelos discursivistas, o qual recobre a maneira como as operações de produção discursiva homogeneizam os discursos, ou mais especificamente sua superfície:

As operações de formulações são, portanto, também regras de projeção, até mesmo de homogeneização. A questão que se coloca é, de fato, a seguinte: como pode a heterogeneidade de níveis – que ligam entre si os morfismos verticais – ser suprimida e dar lugar à homogeneização de uma superfície discursiva? Falaremos da ação de tais operações – que se efetivam pelos meios exclusivamente linguísticos – sobre os objetos do discurso, sobre seu espaço, como intervenção de fatores de homogeneização. Eles têm por função delimitar os contornos de classes discursivamente estáveis. Afirmação admissível se considerarmos o problema sob o ângulo do reconhecimento (da leitura), mas se o encararmos sob outro aspecto, o da realização do discurso, então essa afirmação se converte na seguinte: é a existência de classes discursivamente estáveis (objetos, temas, paráfrases, séries de formulação) que força o discurso a usar fatores de homogeneização (LECOMTE, 1981, p. 80).

Essas questões são retrabalhadas a partir do final dos anos 1990 por Moirand, que propõe uma nova articulação, desta vez, com o trabalho de Bakhtin. Novos conceitos aparecem e, em particular, o binômio *memória das palavras/memória dos dizeres*.

2.3 “Os OGM e os novos vândalos” (*Le Monde*)

Em “*L’impossible clotûre des corpus médiatique*”⁴, Moirand (2004a) explica como ela convoca Bakhtin em sua reelaboração da noção de memória discursiva a partir do estudo de *corpus* de discursos midiáticos sobre a questão da vaca louca ou dos OGM (Organismos Geneticamente Modificados). A autora analisa, em particular, os trajetos de memória do termo “vândalo” que aparece nos textos midiáticos como nomenclatura recorrente:

Com “vândalo” e “obscurantismo”, vemos aparecer o que P. Siblot (1998; 2002) chama de dialogismo da nomenclatura e o que eu chamei de memória das palavras [...], reencontrando aqui, em relação ao *corpus* midiático, a noção de memória discursiva que J.-J. Courtine havia proposto introduzir na problemática da análise do discurso político (1981, p. 52) e da qual A. Lecomte faz uma breve reconstituição do percurso epistemológico [...]. Mas os tipos de *corpus* analisados (o tratamento dos acontecimentos na mídia), a coleta dos dados em torno de momentos discursivos particulares e a construção de *subcorpus* a partir das categorias descritivas evocadas na primeira parte levaram-me a articular tal noção com o dialogismo de Bakhtin e, então, reelaborá-la, particularmente quando se trata das lembranças memoriais inscritas nos dizeres que não remetem às falas realmente pronunciadas, mas às falas que poderiam ter sido ditas (MOIRAND, 2004a, p. 85).

Moirand desenvolve, em particular, a ideia de que as palavras são sempre habitadas por seus usos anteriores, ideia que Bakhtin expressou mil vezes, por exemplo nesta passagem de *Estética da criação verbal*:

Não há palavra que seja a primeira ou a última, e não há limites para o contexto dialógico (este perde-se em um passado ilimitado e em um futuro ilimitado). Mesmo os sentidos passados, aqueles que nasceram do diálogo com os séculos passados, nunca serão estabilizados (encerrados, acabados de uma vez por todas) (BAKHTIN, 1984, p. 393).

Em outro artigo, “De la nomination au dialogisme: quelques questionnements autour de l’objet de discours et de la mémoire des mots”⁵,

4 N.T.: Em português, o título do trabalho seria: “O impossível fechamento do *corpus* midiático”.

5 N.T.: Em português, o título do trabalho seria: “Da nomenclatura ao dialogismo: alguns questionamentos em torno do objeto do discurso e da memória das palavras”.

Moirand (2004b) afirma que articular Courtine e Bakhtin não é comum e traz problemas de contexto epistemológico:

No entanto, partir das palavras e das nomeações com a concepção bakhtiniana de dialogismo parece-me gerar um “deslocamento” do objeto de pesquisa em relação às posições originais da Análise do Discurso dita francesa. Se, como diz Bakhtin (1970, p. 263), “todo membro de uma coletividade falante não encontra palavras neutras livres de apreciações ou de orientações de outrem, mas palavras habitadas por vozes outras. Ele as recebe pela voz de outrem, preenchida da voz de outrem” e que “toda palavra de seu próprio texto advém de outro contexto, já marcado pela interpretação do outro”, estabelecemos, então, que é a própria palavra que é “habitada” por discursos outros, e nos concentramos antes sobre as expressões nominais do que sobre os enunciadores ou as formações discursivas. Depreende-se daí que as palavras têm uma “memória” (MOIRAND, 2004b, p. 49).

Mas é graças a esse deslocamento que a autora estabelece as noções de memória das palavras e memória dos dizeres, que lhe permitem considerar os surpreendentes trajetos da palavra *vândalo* na imprensa de 2001:

Assim, pode-se se interrogar sobre os diferentes sentidos que a palavra transporta, ou sobre os sentidos que a preencheram ao longo do tempo e ao sabor de suas viagens nas diferentes comunidades discursivas que ela atravessou. Um cientista, um historiador, um historiador das ciências, o representante de uma multinacional... utilizam-na, cada um à sua maneira, sem forçosamente ter consciência dos domínios da memória a curto e a longo prazo aos quais ela remete [...] (MOIRAND, 2004a, p. 85).

A noção de memória das palavras de Moirand articula-se, portanto, sobre (1) a invenção de Courtine, que localiza o sentido das palavras na memória histórica, (2) a noção de verticalidade descrita por Lecomte como um heterogêneo uniformizado pela superfície discursiva e (3) o dialogismo bakhtiniano, que junta a sociabilidade fundamental do sentido e a hipótese da integração de toda produção verbal de uma interação social.

Delinee aqui a memória teórica da memória discursiva, privilegiando os três pesquisadores que lhe são os inventores e os continuadores, entre 1980 e o início dos anos 2000, sem entrar nos detalhes de todas as explorações destas noções nos trabalhos de Análise do Discurso dessa época. Passo, agora, a apresentar as noções de pré-discurso e de linhagem discursiva, que me têm permitido articular produção do sentido, memória, cognição e poder.

3 Memória e cognição: pré-discursos e linhagens discursivas

Tome-se a expressão “É Beirute!”, na qual o topônimo deixa de ser um (Beirute não significa “a cidade de Beirute”), e se torna o significante do caos da guerra civil e da destruição urbana. Para apreender o sentido e o funcionamento desse segmento, se faz necessário convocar a noção de memória discursiva: como compreender, de fato, essa expressão fora da “autoridade” da memória, como afirmava Lecomte, que decide sobre o sentido e sua contextualização? Porém é igualmente necessária uma convocação à noção de enquadre cognitivo externo: formulo, de fato, a expressão “É Beirute” em um ambiente físico, cultural e histórico particular, necessário à minha formulação e à compreensão dessa formulação; os recursos semânticos internos do segmento (meu léxico interior) não são suficientes para sua interpretação.

Na esteira de Courtine, Lecomte e Moirand, propus uma versão cognitiva da memória (inter)discursiva em *Os pré-discursos* (PAVEAU, 2013 [2006]). Minha intenção era apreender a elaboração das representações de uma maneira pós-dualista, ou seja, considerando ao mesmo tempo as representações internas individuais (meu conhecimento do topônimo e da história do Líbano) e as representações externas (o que me propõe a realidade exterior como disparadores de memória e apelos aos meus enquadres de saber).

São os trabalhos da cognição distribuída (CONEIN, 2004) – uma das formas de cognição dita heterodoxa que surge nos Estados Unidos na década de 1990, contra o internalismo dominador da cognição da época (em particular, a Inteligência Artificial e a Linguística Cognitiva) – que me forneceram recursos para esta elaboração. Pretendia mostrar que nossa memória, seja discursiva ou não, estava *distribuída* nos ambientes, em particular na memória dos outros, evidentemente, mas também nos elementos não humanos que nos cercam e que constituem nossos ambientes de vida: lugares e objetos são também apoios à nossa memória, incluindo à nossa memória discursiva. Era uma renovação da noção que almejava conservar a riqueza conceitual da semântica discursiva tal como havia sido proposta na França na esteira de Pêcheux, mas também apreender as formas contemporâneas de produção e de circulação dos discursos.

3.1 Cognição sociocultural e Análise do Discurso

Poderia parecer paradoxal articular Ciências Cognitivas e Análise do Discurso, esta última tendo sido construída sobre o político, o histórico e o psicanalítico, em suma, sobre tudo o que a revolução cognitiva dos anos 1950 contribuiu pondo em questão. No entanto, desde o fim dos anos 1980, desenvolveu-se nas Ciências Cognitivas uma corrente sociocultural, alimentada pela Etnometodologia, pela Ergonomia, pela Psicologia das Organizações etc. A Cognição Social desenvolveu-se no contexto anglo-saxão, conforme as versões sucessivas da Cognição Situada (SUCHMAN; ROCHELLE), Cognição Compartilhada (RESNICK; SCHEGLOFF), depois Cognição Distribuída (HUTCHINS; AGRE). Sabemos que, paralelamente, a Semântica Distribuída promovida por Lakoff e Johnson, desde sua obra sobre as metáforas publicada em 1980, atribuiu grande importância ao corpo (“mind is embodied”). Por fim, temos o estudo das emoções (DAMASIO, 2002) e das percepções que é amplamente aberto ao contexto ambiental. Isso é o mesmo que dizer que uma revisão das crenças estava se impondo tanto aos discursivistas quanto aos cognitivistas: do meu ponto de vista, a Análise do Discurso e a Cognição Social são compatíveis e suas teorias, saberes e métodos podem dialogar entre si.

Adotar o ângulo sociocultural nas Ciências Cognitivas implica em fazer certo número de escolhas epistemológicas, especialmente sobre a natureza do espírito. Assim como o neurocientista Damasio, um bom número de filósofos, a começar por Peirce, e muitos pesquisadores que trabalham com as práticas sociais e culturais, acredito que o dualismo cartesiano é “epistemologicamente desesperado” (a expressão é de Houdé, 1998), o que me leva a descartar o inatismo, o idealismo e certo racionalismo, para adotar o princípio da externalidade do espírito. Considero que existem vários saberes, crenças (em uma só palavra, proposições e pensamentos) articulados com o mundo exterior, o ambiente, os artefatos, e não apenas encapsulados nos módulos internos.

A noção de distribuição permite renovar a questão do contexto com certa força operatória. Ela está atenta à construção e à transmissão das informações não apenas *via* saberes e competências detidas “na cabeça” dos indivíduos em seu ambiente sociocultural (“no mundo”), mas inscritas nas ferramentas cognitivas, ou seja, em artefatos como, por exemplo, um bloco de notas ou um *tablet*. Eu a defini –em uma perspectiva mais ampla que expande os agentes de distribuição aos elementos não artefatuais, tais como

os sentimentos e os valores – como um processo de transmissão sincrônica e diacrônica de enquadres pré-discursivos coletivos, estes últimos (conhecimentos enciclopédicos, crenças, emoções, percepções) sendo distribuídos de maneira colaborativa entre os agentes humanos e não-humanos graças aos organizadores psíquicos internos, mas igualmente externos (ferramentas discursivas como a lista, o dicionário, o quadro, o diário, o guia de conversação, ou mais amplamente semiótico como as cores, os símbolos, as vestimentas etc.).

3.2 Do pré-construído aos pré-discursos

Quando eu ouço “É Beirute”, todo um universo semântico é ativado e ouço, claramente, que Beirute não é mais em Beirute e que a cidade em ruínas diante de mim ou mesmo o quarto em desordem de um adolescente são designados por um nome que é aquele mesmo de outro caos, considerado como a melhor referência possível no contexto. Mas como esses conhecimentos chegaram até mim e, sobretudo, como eles são ativados por esse simples nome próprio?

Para responder a essa questão, pleiteio que essas palavras ativam os pré-discursos, concebidos como operadores na negociação da partilha, da transmissão e da circulação do sentido nos grupos sociais: defino-os como um conjunto de enquadres pré-discursivos coletivos que têm um papel instrucional para a produção e a interpretação do sentido em discurso (PAVEAU, 2006, 2007). São enquadres de saber, de crenças e de prática que não estão disponíveis apenas no espírito dos indivíduos e na cultura dos grupos (é sua natureza representacional), mas estão distribuídos, no sentido cognitivo do termo, nos ambientes materiais da produção discursiva. Os pré-discursos não são sequências discursivas identificáveis (discursos que teriam sido produzidos outrora, o que os levariam em direção ao discurso citado e ao dialogismo), mas enquadres prévios tácitos, assinalados nos discursos atuais por certo número de fenômenos. Eles são dotados de seis características que tornam possível sua análise:

- Sua *coletividade*, resultado de uma coelaboração entre os indivíduos e entre o indivíduo e a sociedade: com relação a “É Beirute”, os conhecimentos em torno da guerra civil de 1975-1990 são supostamente partilhados por meus interlocutores e integram o

estado de conhecimentos comuns de uma sociedade em um dado momento;

- Sua *imaterialidade*, a pré-discursividade sendo de ordem tácita (isto é, não formulável de maneira explícita, contrariamente ao implícito); não é o nome próprio “Beirute” que formula explicitamente os estragos da guerra sobre a vida urbana; isso constitui um *apelo* aos pré-discursos, ou seja, ao conjunto de conhecimentos prévios depositados em minha memória e em meus ambientes e que constituem as instruções de interpretação;
- Sua *transmissibilidade*, sobre o eixo horizontal de comunicabilidade enciclopédica (a ideia da partilha) e o eixo vertical da transmissão via linhagens discursivas (o papel da memória): o sentido da expressão foi-me transmitida pela enciclopédia ambiente de meus ambientes e porque, enquanto locutora, eu ponho as minhas falas nas de meus “ancestrais”, retomando suas formas e seus sentidos, muitas vezes sem que eu saiba;
- Sua *experientialidade*, uma vez que eles permitem ao sujeito organizar e também antecipar seu comportamento discursivo: “É Beirute” faz parte das expressões que me permitem organizar meu universo categorizando-o;
- Sua *intersubjetividade*, os critérios de mobilização sendo veros relacionais e não lógicos: a questão não é saber se a qualificação *Beirute* é verdadeira ou não; é a avaliação e a pertinência da denominação com relação aos meus interlocutores e à concepção do discurso na sociedade que importam;
- Sua *discursividade*, enfim, já que eles são languageiramente assinalados: “Beirute” é uma forma languageira presente no fio do discurso e recuperável como tal pelo analista; várias outras formas podem constituir apelos aos pré-discursos, formas lexicais como “vândalos” analisadas por Sophie Moirand, formas fixas como “divina surpresa”⁶ ou padrões sintáticos como “nós somos todos + [categoria

6 Em *Os pré-discursos* (PAVEAU, 2013 [2006]), analiso a expressão “divina surpresa”, mostrando que essa fixação, desancorada de sua origem política (Maurras teria empregado a expressão para qualificar a chegada de Pétain ao poder), pode ser aplicada tanto a uma vitória olímpica quanto a um fechamento de contrato.

a ser defendida]” sobre o modelo de “nós somos todos judeus alemães” de Cohn-Bendit em 1968⁷.

3.3 Uma memória dinâmica: reconhecimento e linhagens discursivas

Encarar uma memória cognitivo-discursiva é ultrapassar uma concepção estática (memória-estoque destinada a ser recuperada, ou memória simplesmente partilhada que constituiria um tipo de fonte comum na qual bebem os interlocutores), para adotar uma concepção dinâmica que faz da memória um verdadeiro operador pré-discursivo e discursivo. Isto é, portanto, admitir que a memória em discurso não serve apenas para... a memorização, mas possui uma função (re)construtiva e categorizadora, função que passa essencialmente pela reconhecimento.

Se a memória em discurso não é simples restituição, pode-se, com efeito, falar de reconhecimento: a referência a Beirute não se satisfaz evidentemente em transportar uma memória histórica, mas constitui uma ferramenta cognitivo-discursiva que (re)categoriza ironicamente a constatação de uma desordem ou de uma destruição de guerra. Assim, a designação não funciona apenas sobre o modo simples da analogia, mas organiza o mundo em discurso, confere-lhe um sentido. Então, podemos falar, com Ricœur, de *reconhecimento*, a palavra que designa a face cognitiva da memória, que abrange a “denominação psíquica”:

[...] o reconhecimento, que coroa a pesquisa bem-sucedida, [...] designa a face cognitiva da lembrança, enquanto que o esforço e o trabalho inscrevem-se no campo prático. [...] Esse desdobramento entre dimensão cognitiva e dimensão pragmática acentua a especificidade da memória entre os fenômenos que se inscrevem na denominação psíquica (RICŒUR, 2000, p. 67-68).

Tomo o termo de *re-conhecimento* ao pé da letra, integrando a ideia de Halbwachs segundo a qual a origem importa menos que sua reconfiguração. O *re-conhecimento* é um processo cognitivo dinâmico, na medida em que se criam versões, mas sobretudo organizações do mundo. É a razão pela qual a memória cognitivo-discursiva realiza, em minha opinião, alguma coisa da ordem da reconhecimento.

A construção da memória – e, por consequência, da memória cognitivo-discursiva – é fundamentalmente inscrita no desenrolar da história. O elo

⁷ Analiso essa forma memorial no capítulo 6 de *Langage et morale* (PAVEAU, 2013).

memorial é parâmetro fundamental na produção dos discursos, a distribuição dos saberes e crenças voltando-se para o eixo diacrônico: os “ancestrais”, os que falaram antes de nós, são agentes humanos de distribuição, como o conjunto dos “lugares de memória” discursivos ou artefatuais que sustentam a transmissão.

No meu exemplo, o nome próprio “Beirute” é um desses lugares de memória, que é também “agente de distribuição”. Os valores associados ao nome, as evocações icônicas (televisivas, fotográficas ou cinematográficas) que ele não deixa de suscitar, os traços prototípicos dos quais ele é dotado (a destruição de Beirute transformou-se no protótipo da destruição da cidade em guerra) são elementos suficientes que passam pelos canais da memória cognitivo-discursiva. Chamo esses canais de linhagens discursivas, as quais reforçam a historicidade dos discursos e das significações. E defino esses canais como dispositivos representacionais internos e externos que permitem acolher e transmitir conteúdos semânticos ligados aos saberes, crenças e práticas: os “lugares de memória” discursivos e cognitivos. Eles são elementos importantes na construção dos discursos ideológicos, em particular por sua força argumentativa.

3.4 Força polêmica das analogias memoriais

Talvez não insistimos o suficiente sobre a função argumentativa da memória discursiva, sem dúvida por não tê-la mensurado. Lembro ainda a observação de Lecomte, em seu texto de 1981: “a autoridade, isto é, a memória”, o que significa que a memória *autoriza* o sentido, permitindo as produções-interpretações, as circulações e as transmissões discursivas. Suas linhagens constroem autoridade semântica.

Em 2012-2013 na França, pôde-se assistir a um debate intenso em torno da lei que autoriza o casamento entre duas pessoas do mesmo sexo, promulgada no dia 18 de maio de 2013. As memórias interdiscursivas não cessaram de se cruzar e de entrar em conflito, para apoiar as posições de cada um. É nos opositores que as memórias das palavras e dos dizeres têm circulado mais, o que confirma o valor argumentativo da memória: uma oposição, que não detém a autoridade, tanto jurídica quanto política ou mesmo simbólica, deve sempre encontrar mais argumentos do que a maioria, e a referência analógica é então uma ferramenta polêmica poderosa. Os opositores ao casamento para todos exploraram amplamente suas

competências analógicas e pode-se distinguir várias referências históricas que, em lhes fornecendo linhagens discursivas fecundas, lhes serviram de instrumentos polêmicos: a Revolução Francesa, o regime de Vichy e mais amplamente os fascismos europeus dos anos 1930-1940, assim como a Revolução de maio de 1968. Retomo aqui os dois exemplos de léxico revolucionário e do regime de Vichy.

3.4.1 Mitologia revolucionária: guilhotina e guerra civil

Uma das passagens de bravura de Frigide Barjot, líder do movimento *Manifestação para todos*⁸ durante o que os opositores à lei “Taubira”⁹ chamaram de “Primavera Francesa”, é esta exclamação do 12 de abril de 2013:

Hollande quer sangue, ele o terá! Todo mundo está furioso. Nós vivemos em uma ditadura.

Ela havia acabado de afirmar que um “cutelo acabara de cair sobre a cabeça do povo”, antes de precisar que:

O Presidente da República decidiu nos guilhotinar. Se essa noite (sexta-feira), víssemos irromper por todos os lados os “Fora, Hollande”, contrariamente às outras vezes, eu não impediria os *slogans* (*Le Nouvel Observateur*, 12.04.2013).

No mesmo momento, Philippe Gosselin – deputado da UMP (União por um Movimento Popular) pelo departamento de Manche – fala de “guerra civil”. A captação do léxico da Revolução é evidente (*guilhotina*, *cutelo*) e é possível compreender esse segmento como um apelo à oposição binária “Nobreza versus Terceiro Estado”, que estrutura em parte o imaginário do período. O poder republicano atual é então designado nos termos do poder revolucionário da época. Mas o emprego de “povo” desloca a referência, e os pré-discursos são mobilizados aqui com uma elasticidade suficientemente grande: François Hollande sendo finalmente descrito, no implícito das equivalências, mais como um Louis XVI “ditatorial” do que como um libertário da opressão. Esse apelo ao povo articula-se com um discurso igualmente bastante ouvido nas fileiras do movimento *Manifestação para todos*: a distinção entre o país legal e o país real, velha oposição

⁸ N.T.: O nome original desse movimento é *La Manif pour tous*, que surge em contraposição ao movimento *Mariage pour tous*, ou seja, casamento para todos.

⁹ N.T.: Trata-se da Lei nº 2013-404 de 17 de maio de 2013, que abre o casamento entre casais do mesmo sexo, apresentada ao parlamento francês por Christiane Taubira, deputada eleita pelo Departamento da Guaiana, entre 1993 e 2011, e Ministra da Justiça desde 2012.

maurassiana integrada no discurso dos anti, “povo” que entra então em eco com “país real”. “Guilhotina”, “cutelo” e “povo” transformam-se, assim, nos significantes abstratos da luta política, saídos de suas linhagens lexicais de origem, fortemente contextualizados na história e postos à disposição, como formas prontas para o uso dos locutores do século XXI e de seus debates e embates.

3.4.2 Signos concentracionários: estrelas e triângulos

A célebre menção ao termo “estrela” feita pela então ministra Christine Boutin não é nada ambígua. Ela posta em abril de 2013 um tweet¹⁰ tão estranhamente escrito quanto provocador:



O sentido do termo “estrela” aqui não gera nenhuma dúvida pelas seguintes razões: (i) sua co-ocorrência com “publicar lista de dissidentes” que assinala alguma coisa da ordem da denúncia, até mesmo da estigmatização; (ii) a articulação com o termo “cor”, que evoca a cor amarela da estrela que marcava as vítimas judias da deportação nazista, mas, sobretudo a presença de outras ocorrências desse tipo nos ambientes discursivos dessa “primavera”, e da parte dos dois campos. Os termos como “triângulo rosa” e “triângulo negro” apareceram, de fato, nos debates. Eis aqui uma breve lista:

- Mestre Jérôme Triomphe: “A camiseta da *Manifestação para todos* é a nova estrela amarela” (F. Desouche, 31/05/2013);
- Christian Assaf (PS): “O tempo do triângulo rosa acabou” (“Casamento gay: as propostas sobre o ‘triângulo rosa’ indignam a UMP”, *Le Parisien*, 31/01/2013);

¹⁰ #relatorsenado anuncia que os pts (participantes) do grupo concordam em publicar lista de dissidentes! Qual é a cor da estrela? Vergonha.

- Elie Aboud (UMP): “[...] há um pedopsiquiatra que é reconhecido, e não se pode suspeitar de aliança política conosco, que alerta toda a sociedade” declarou o eleito de direita. “Você sabe, senhora Ministra da Justiça, não é do triângulo rosa que ele fala, mas sim de um triângulo negro, com a inscrição S.O.S Perigo” (declarações encontradas na revista semanal *Le Nouvel Observateur*, 05/02/2013).

Não há polissemia, nem de extensão de sentido possível, para “estrela amarela”, “triângulo rosa” e “triângulo negro”, as quais designam realidades únicas na história. A inscrição na linhagem discursiva concentracionária¹¹ está explícita, e o apelo à interpretação é reduzido; trata-se, sobretudo, de um apelo à cultura do receptor, que é também, entretanto, uma forma de interpretação.

Enfatizou-se, com frequência, que os discursos do movimento *Manifestação para Todos* caracterizaram-se por seus empréstimos e reciclagens de outros discursos, particularmente aqueles dos eventos e dos partidos de esquerda. Sem dúvida, seria equivocado interpretar essa tendência recuperadora como uma fraqueza. Ela me parece, ao contrário, uma força, pois os opositores à lei “Taubira” compreenderam que a memória discursiva é um argumento, tão mais forte quanto ela for redutora, caricaturizada e provocadora. Eles apoiam-se nos pré-discursos coletivos que todos detém, mais ou menos, pois eles fazem parte dos saberes transmitidos pela escola: “guilhotina revolucionária”, “estrela concentracionária”. Tantas linhagens discursivas disponíveis no repertório pré-discursivo de cada um, que basta enfeitá-las de belos discursos e *slogans* espetaculares.

4 Des-memória e a-memória: o discurso e o esquecimento

Em *Os Pré-discursos* (PAVEAU, 2013 [2006]), propus o conceito de “des-memória discursiva”, retrabalhando a definição de des-memória que Regina Robin havia projetado para formular as transformações semióticas da Berlin após a queda do muro (ROBIN, 2001). Ela considerava que o processo de des-batismo e re-batismo das ruas – os nomes das figuras das Brigadas internacionais que haviam sido substituídos pelos nomes dos cavaleiros teutônicos (ROBIN, 2004) – havia realizado essa des-memória, por restabelecimento de uma

¹¹ N.T.: O termo refere-se à prática nazista de exploração de trabalho forçado e de extermínio em campos de concentração.

memória antiga que apagou uma mais recente e menos consensual. O interessante fenômeno do des-batismo pode ser observado em vários lugares marcados pelas mudanças políticas fortes e as histórias de mudanças de nomes de rua com fundo político ou ideológico que acontecem abundantemente.

4.1 Des-batismo e re-batismo das ruas nas memórias das guerras

Em uma dissertação de mestrado de Ciência Política sobre o tema da memória e do símbolo político, Comard-Rentz explica que a escolha desse assunto lhe foi inspirada pelo exemplo dos nomes de ruas que evocam a França em Berlim e a Alemanha em Paris. Em Berlim, “encontram-se o *Parisier Platz* (Praça de Paris) e uma *Parisier Straße* (Rua de Paris)”, de modo que “a Armada Francesa rebatizou um bairro inteiro durante o período pós-guerra, deixando, após sua partida em 1994, as ruas Racine, Molière, Saint-Éxupéry [...]” (COMARD-RENTZ, 2006, p. 6). Em compensação, em Paris, não existem mais ruas que evocam a Alemanha, salvo exceções como a rua d’Ulm, por exemplo.

A partir daí, ela realiza uma exploração histórica e política das mudanças de nome das ruas, dando vários exemplos ao longo da história: em 1789, a Revolução Francesa des-batiza os nomes dos santos para re-batizar “republicano” com um objetivo pedagógico (47% das ruas de Paris teriam sido assim re-batizadas); em 1940, o regime de Vichy impõe igualmente suas marcas toponímicas na França, privilegiando o nome do marechal Pétain; em 1962, a guerra da Argélia é outra ocasião de conflito de memórias, que se fixa sobre a data do fim das hostilidades, fornecendo o nome “19 de março de 1962”, independência para uns, “abandono” de uma terra natal para outros; em 1995, as municipalidades administradas pela Frente Nacional¹² no sul da França “nacionalizam” as placas de rua, com o falso pretexto de uma “provençalização”¹³.

A des-memória discursiva designa um conjunto de fenômenos de desligamento das lembranças e inserções dos nomes no fio memorial do discurso. Existem inúmeros processos a serviço da des-memória, no que tange, particularmente, aos elementos ligados ao sentido e ao referente das palavras.

¹² N.T.: Em francês, “Front National”, partido político francês fundado, em 1972, por Jean-Marie Le Pen e é o principal representante do nacionalismo de direita na França.

¹³ N.T.: “Provençalização” diz respeito a forma de reconstrução identitária da Provença, região localizada no sudeste da França que, conforme Basseto (2001, p. 214), teve o provençal como língua administrativa e jurídica até 1539, quando, por lei, o francês passou a ser a língua oficial, embora o provençal continuasse a ser a língua falada pelo povo (BASSETO, Bruno Fregni. *Elementos de Filologia Românica*. São Paulo: Edusp, 2001).

Desses processos citarei quatro: a *desancoragem* de certas expressões fixas de seu contexto referencial de origem (como “divina surpresa”); a *ancoragem*, ao contrário, de certos discursos na forma de um outro, realizando uma espécie de transferência de memória sobre uma outra, como é o caso das analogias memoriais do movimento *Manifestação para todos*; o *desligamento* entre um significante e seus sentidos e referente, particularmente no caso do nome próprio¹⁴; a *subjetivação memorial*: a partir do exemplo dos nomes de batalha, como “Diên Biên” ou “Bir Hakeim” (PAVEAU, 2008; 2009), mostrei que a construção dos sentidos do nome próprio estava amplamente situada em uma comunidade cultural, social e nacional.

Para recapitular, chamo de *des-memória discursiva* um conjunto de fenômenos de discurso que permitem a *revisão* das linhagens discursivas, isto é, transmissões semânticas cultural e socialmente asseguradas pelas ferramentas da tecnologia discursiva (as placas de rua, por exemplo). Essas revisões podem ser as mudanças semânticas, os neologismos semânticos, as redenominações, as reformulações etc. Em suma, um conjunto de fenômenos linguageiros que vão produzir efeitos transgressivos ou contra-intuitivos em um contexto em que reine um acordo semântico, histórico e até mesmo ético.

4.2 A a-memória discursiva, entre a denegação e o interdito

Acompanhando Weinrich (2001 [1999]), Ricœur (2007 [2000]) e vários historiadores, filósofos e psicanalistas que trabalharam a memória, penso, evidentemente, que o esquecimento é necessário para a elaboração de uma memória praticável, entrada para uma história também praticável. No entanto, quando a formulação das coisas é impossibilitada pelo trauma, que promove um retorno na existência pelos seus caminhos bem rodados, o próprio esquecimento é bloqueado. Todos os grandes conflitos do mundo provocaram essas coisas, esse silêncio habitado por falas não ditas, por um passado não vivido que porém se manifesta pela dor. Esse é o caso da guerra da Argélia, que fala ainda nos descendentes sob a forma de sintomas. A esse respeito, Stora (2008, p.31) diz que: “O objeto ‘Argélia’ está sempre vivo, terrivelmente vivo, inquieto, não se deixa esquecer”. Eu pensava que esse tipo de memória – que suprime o discurso para deixar apenas a dor, que fala

¹⁴ Para muitas pessoas, por exemplo, o topônimo “Tataouine” designa um dos mais agradáveis Clubes Méditerranée da Tunísia: a memória da prisão militar vai sendo apagada e a laminação memorial sendo bloqueada pelos sentidos geográficos e culturais contemporâneos.

somente por sintomas evitando as palavras – não fosse do domínio da des-memória nem do esquecimento e que, então, seria necessário encontrar outra palavra para nomeá-la. Em 2010, propus, no meu diário de pesquisas, o termo “a-memória” em uma postagem, justamente sobre a Argélia, intitulada “Memórias e des-memórias argelinas” (PAVEAU, 2010).

Falo, então, de “a-memória discursiva” para designar não mais uma revisão, tal como o é para a des-memória, mas sim um apagamento, consciente ou inconsciente, de um passado ou de um legado discursivo, de “formulações-origens” (COURTINE) sobre os quais o locutor não quereria ter mais nada a dizer, mas são ditos mesmo que pelo viés do inconsciente e da somatização, ou ainda, nas linguagens infinitamente inovadoras do sintoma.

4.3 A pós-memória: “Você não estava em Auschwitz”

Reencontrei um pouco de minha noção de “a-memória” em uma outra muito vizinha que eu não conhecia e que descobri graças a Robin (2003) em *La mémoire saturée: a pós-memória (postmemory)*. Tal noção é proposta por Hirsch (1997) em *Family Frames: Photography, Narrative, and Postmemory*. A partir do estudo do trauma do holocausto, a autora define pós-memória como sendo a memória dos descendentes ou dos sobreviventes, baseada em narrativas, descrições e fotos. Trata-se de uma memória de segunda-mão, se assim podemos dizer:

A pós-memória distingue-se da memória por uma distância de geração, e da história por um relato de emoções pessoais. A pós-memória é uma forma muito poderosa e muito particular de memória, precisamente porque sua relação com os objetos e com as fontes não é mediada pelas lembranças, mas por um investimento imaginário e pela criação. Isso não quer dizer que a memória não seja mediada, mas é que ela está mais diretamente religada ao passado. A pós-memória caracteriza a experiência dos que cresceram envolvidos por narrativas, por acontecimentos que precederam seu nascimento, cuja história pessoal foi como que evacuada pelas histórias das gerações precedentes que viveram os acontecimentos e as experiências traumatizantes (Hirsch, 1997 apud ROBIN, 2003).

Hirsch (1997) toma como exemplo o relato de memória de Art Spiegelman, filho de sobreviventes e célebre autor da famosa história em quadrinhos *Maus*. Ela menciona o momento de definição pura do *status* de sobrevivente ou de descendente de pais traumatizados, em que seu psicanalista lhe diz: “Você não estava em Auschwitz. Você estava em Jogo Park”. Este enunciado é exatamente o da a-memória – ou da pós-memória –

PAVEAU, Marie-Anne. Memória, des-memória, a-memória: quando o discurso volta-se para seu passado. Trad. Jocilene Santana Prado; Eduardo Lopes Piris. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n.5, p. 137-161, dez.2013.

que não levanta nenhum trauma, mas que permite formulá-lo: o descendente, que não viveu o trauma, que “não estava em Auschwitz”, traz consigo, porém, os sintomas dos quais fala o discurso.

Conclusão

Os conceitos são como os humanos: eles evoluem, modificam-se e tomam, às vezes, novos caminhos que os conduzem a novas existências. Isso se aplica à noção de memória discursiva, que apresenta uma disponibilidade importante para a reflexão dos analistas do discurso, sem dúvida alguma graças à grande riqueza da conceitualização original. Não contemplei neste artigo, devido ao espaço, a noção de memória metálica (ORLANDI, DIAS) ou de memória numérica (HABERT, PAVEAU) que começa a se desenvolver em razão dos *corpora* de discursos *on-line*: há ainda uma longa vida a ser vivida pela memória discursiva, além de ser um belo canteiro a ser trabalhado em uma perspectiva franco-brasileira.

REFERÊNCIAS

BAKHTINE, M. **La poétique de Dostoievski**. Seuil: Paris, 1970 [**Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. P. Bezerra. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008].

BAKHTINE, M. Remarques sur l'épistémologie des sciences humaines. In: **Esthétique de la création verbale**. Paris: Gallimard, 1984. p. 379-393 [Observações sobre a epistemologia das ciências humanas. In: **Estética da criação verbal**. Trad. do francês de M. E. G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 399-417].

BERRENDONNER, A. Connecteurs pragmatiques et anaphore. **Cahiers de linguistique française**, Genebra, n. 5, p. 215-246, 1983.

_____. La phrase et les articulations du discours. In: **Le français dans le monde**. Paris: Hachette, 1993. p. 20-26.

CANDAU J. **Anthropologie de la mémoire**. Paris: PUF, 1996 [**Antropologia da memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2013].

COMARD-RENTZ, M. **Dénomination et changement de nom de rue**: enjeu politique, enjeux de mémoire. Lyon, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Université de Lyon 2.

PAVEAU, Marie-Anne. Memória, des-memória, a-memória: quando o discurso volta-se para seu passado. Trad. Jocilene Santana Prado; Eduardo Lopes Piris. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n.5, p. 137-161, dez.2013.

CONEIN, B. Cognition distribuée, groupe social et technologie cognitive. **Réseaux**, n. 124, p. 53-79, 2004.

COURTINE, J-J. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours. À propos du discours communiste adressé aux chrétiens. **Langages**, Paris, n. 62, p. 9-128, 1981 [**Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Superv. trad. P. C. R. Reuillard. São Carlos: EdUFSCar, 2009].

COURTINE, J-J.; MARANDIN J-M. Quel objet pour l'analyse du discours? In: CONEIN, B. et al. (éds.). **Matérialités discursives**. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981. p. 21-34.

DAMASIO A. **Le sentiment même de soi**: corps, émotions, conscience. Trad. C. Larssonneur e C. Tiercelin. Paris: Odile Jacob, 2002 [**O sentimento de si**: o corpo, a emoção e a neurobiologia da consciência. Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1999].

HALBWACHS, M. **La mémoire collective**. Paris: Albin Michel, 1997 [1950] [**A Memória Coletiva**. Trad. B. Sidou. Centauro: São Paulo, 2004].

HIRSCH, M. **Family Frames**: Photography, Narrative, and Postmemory. Cambridge MA: Harvard University Press, 1997.

HOUDÉ, O. et al. (dir.). **Vocabulaire des sciences cognitives**. Paris: PUF, 1998.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Les Métaphores dans la vie quotidienne**. Trad. M. de Fornel. Paris: Minuit, 1985 [**Metáforas da vida cotidiana**. Trad. M. S. Zanotto e V. Maluf. São Paulo: EDUC, 2002].

LECOMTE, A. Comment Einstein raconte comment Newton expliquait la lumière, ou le rôle de la mémoire interdiscursive dans le processus explicatif. **Revue européenne des sciences sociales et Cahiers Vilfredo Pareto**, Genebra, Tome XIX, 56, p. 70-93, 1981.

MALDIDIER, D. L'inquiétude du discours. Un trajet dans l'histoire de l'analyse du discours: le travail de Michel Pêcheux. **Semen**, Besançon, n. 8, 1993. Disponível em: <<http://semen.revues.org/4351>> [**A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2003].

MOIRAND, S. L'impossible clôture des corpus médiatiques. La mise au jour des observables entre contextualisation et catégorisation. **Tranel (Travaux neuchâtelois de linguistique)**, Neuchâtel, n. 40, p. 71-92, 2004a.

_____. De la nomination au dialogisme: quelques questionnements autour de l'objet de discours et de la mémoire des mots. In: CASSANAS, A. et al. (dir.). **Dialogisme et nomination**. Actes du III^e Colloque Jeunes Chercheurs. Publications de l'Université Paul Valéry: Montpellier 3, 2004b. p. 27- 61.

PAVEAU, M.-A. **Les prédiscours**. Sens, mémoire, cognition. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2006 [**Os pré-discursos**: sentido, memória, cognição. Trad. G. Costa e D. Massmann. Campinas: Pontes, 2013].

PAVEAU, Marie-Anne. Memória, des-memória, a-memória: quando o discurso volta-se para seu passado. Trad. Jocilene Santana Prado; Eduardo Lopes Piris. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n.5, p. 137-161, dez.2013.

_____. Discours et cognition. Les prédiscours entre cadres internes et environnement extérieur. **Corela (Cognition, Représentation, Langage)**, Poitiers, número temático “Cognition, discours, contextes”, 2007. Disponível em: <<http://corela.edel.univ-poitiers.fr/index.php?id=1550>>.

_____. Le toponyme, désignateur souple et organisateur mémoriel. L'exemple du nom de bataille. **Mots. Les langages du politique**. Lyon, n.86, p.23-35, 2008.

_____. De Gravelotte à Bir Hakeim. Le feuilleté mémoriel des noms de bataille. **Les Carnets du Cediscor**, Paris, n.11, p.137-150, 2009.

_____. Mémoires et démoires algériennes, du campus de Villetaneuse au cimetière de Oued Mellah. **La pensée du discours [carnet de recherche]**, 12 juin 2010. Disponível em: <<http://penseedudiscours.hypotheses.org/288>>.

_____. **Langage et morale**. Une éthique des vertus discursives. Limoges: Lambert-Lucas, 2013.

RICCEUR, P. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Seuil, 2000 [**A memória, a história, o esquecimento**. Trad. A. François et al. Campinas: EdUNICAMP, 2007].

ROBIN, R. **Berlin Chantiers**. Essai sur les passés fragiles. Paris: Stock, 2001.

_____. **La mémoire saturée**. Paris: Stock, 2003.

_____. Entre histoire et memoire. In: MÜLLER, B. (dir.). **L'histoire entre mémoire et épistémologie**. Autour de Paul Ricœur. Lausanne: Éditions Payot, 2004. p.39-73.

STORA, B. **Les guerres sans fin**. Un historien, la France et l'Algérie. Paris: Stock, 2008.

WEINRICH, H. **Léthé**. Art et critique de l'oubli. Trad. D. Meur. Paris: Fayard, 1999 [**Lete**. Arte e crítica do esquecimento. Trad. Lya Luft. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001].

Tradução:

Jocilene Santana Prado

Docente da Universidade Estadual de Santa Cruz

E-mail: jociprado@yahoo.com.br

Eduardo Lopes Piris

Docente da Universidade Estadual de Santa Cruz

E-mail: elpiris@uesc.br